



## Contribuição da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para o Desenvolvimento Regional e Local

Renata Adriana Garbossa Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

No Brasil, as discussões sobre o desenvolvimento local e regional não são recentes sofrendo alterações significativas ao longo das décadas. Desde a implantação das primeiras políticas regionais, alguns avanços foram identificados, fazendo-se necessária a interlocução das políticas de desenvolvimento local e regional com a dinâmica do território e as instituições de ensino superior (IES). A partir de 1990, o estado do Paraná alterou sua base produtiva com transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais ampliando a infraestrutura técnico-científica. Uma década mais tarde, seguindo o movimento de expansão e interiorização do ensino superior que estava ocorrendo no Brasil, o Paraná vivenciou o aumento significativo de IES, alterando a dinâmica do território. Desta forma, este trabalho tem como objetivo pesquisar como o processo de expansão e interiorização da Universidade Tecnológica Federal no estado do Paraná contribui para o desenvolvimento local nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava. A metodologia utilizada foi bibliográfica e de campo, e os resultados mostram que a instalação dos três câmpus pesquisados foram responsáveis por alterações no espaço e na dinâmica urbana, com aumento na verticalização e na diversidade cultural devido ao número de docentes, discentes e técnicos-administrativos vindos de outros estados brasileiros, bem como, na contribuição da infraestrutura técnico-científica na economia paranaense e no aumento do número de ativos institucionais. As IES têm um papel proeminente no processo de criação e disseminação de novos conhecimentos e inovações, que sistematizam e difundem conhecimentos científicos e culturais, na produção e distribuição da renda, no avanço da democracia, para uma melhor distribuição da renda e uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local e regional, Instituições de ensino superior, infraestrutura técnico-científica

### ABSTRACT

In Brazil, discussions on local and regional development are not recent and have undergone significant changes over the decades. Since the implementation of the first regional policies, some advances have been identified, making it necessary the interlocution between local and regional development policies with the dynamics of the territory and higher education institutions (IES). Starting in 1990, the state of Paraná changed its productive base with economic, social, political and educational transformations, expanding the technical-scientific infrastructure. A decade later, following the movement of expansion and internalization of higher education that was taking place in Brazil, Paraná experienced a significant increase in IES, changing the dynamics of the territory. Thus, this work aims to investigate how the expansion and internalization process of the Federal Technological University in the state of Paraná contributes to local development in the municipalities of Francisco Beltrão, Apucarana and Guarapuava. The methodology used is bibliographic and field research, and the results shows that the installation of the three campuses surveyed were responsible for changes in the area and urban dynamics, with an increase of verticalization and cultural diversity due to the number of teachers, students and administrative technicians from others Brazilian states, as well as the contribution of technical-scientific infrastructure to the economy of Paraná and the increase in the number of institutional assets. IES have a prominent role in the process of creating and disseminating new knowledge and innovations, which systematize and disseminate scientific and cultural knowledge, in the production and distribution of income, in the advancement of democracy, for a better distribution of income and a fairer society.

---

<sup>1</sup> Doutora pela Universidade Federal do Paraná- UFPR, Professora do Centro Universitário Internacional Uninter – [renatagarbossa@gmail.com](mailto:renatagarbossa@gmail.com)



**Palavras-chave:** local and regional development,  
Higher education institutions, technical-scientific infrastructure

## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2003 a 2015, o Brasil passou por mudanças no campo educacional, com o aumento significativo de novas instituições de ensino superior, bem como de ampliação de campus em todas as regiões do país. Dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que a evolução do número de Instituições Públicas Federais entre os anos de 1990 a 1999 foi pouca expressiva, ou seja, de apenas 7,69%. Já entre os anos de 2003 a 2015, ocorreu uma expansão significativa do ensino superior, de forma menos concentrada, favorecendo regiões de menor grau de desenvolvimento do país (Brasil, 2014). Desta forma, dados divulgados pelo Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 *apud* conforme Garbossa-Silva (2019), apresentam que o número de vagas ofertadas na graduação presencial, nas Universidades Públicas Federais entre os anos de 2003 a 2011, apresentou um crescimento superior a 100% na oferta de vagas e 30 mil vagas. Destarte, o aumento do número de vagas e a expansão das universidades acabaram refletindo na alteração da dinâmica econômica, social, cultural, espacial e territorial dos municípios onde as universidades estão instaladas, bem como regionalmente, contribuindo em diversos setores, conforme dados que serão apresentados ao longo do texto. Sendo assim, o trabalho apresentado é parte do resultado da Tese que tem como recorte apresentar de que forma a instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - nos municípios de Francisco Beltrão (Sudoeste do Paraná), Apucarana (Norte Central Paranaense) e Guarapuava (Centro Sul Paranaense) contribuíram para o desenvolvimento local e regional, bem como, os efeitos econômicos, sociais e as mudanças espaciais na estrutura urbana onde estão localizados os campus.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada além da bibliográfica e documental, com coleta de dados secundários do Ministério da Educação e Cultura - MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, foram utilizadas as transcrições e análises de documentos oficiais institucionais, dos três últimos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), de 2009-2013, 2013-2017 e 2018-2022 da UTFPR; documentos das prefeituras e das associações



comerciais dos municípios pesquisados; e sites de instituições governamentais. Utilizou-se a pesquisa de campo nos municípios de Francisco Beltrão (Sudoeste do Paraná), Apucarana (Norte-central) e Guarapuava (Centro-Sul) que são objeto da análise, com entrevistas semi estruturadas de lideranças locais e comunidade acadêmica, entre eles com os diretores dos três campus da UTFPR, bem como, da Reitoria Central em Curitiba todas elas consideradas fontes primárias para a conclusão da pesquisa. Para apresentar o debate sobre o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico, apresentam-se as teorias de desenvolvimento regional, entre elas, aquelas desenvolvidas por François Perroux (1955), Gunnar Myrdal (1960), Albert Hirschman (1958), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização, e Jacques Boudeville (1961) e Douglass C. North (1959), com a Teoria Cepalina, que estabeleceram as bases do crescimento moderno e da teoria do desenvolvimento econômico para a futura implementação de políticas dominantes no processo de desenvolvimento econômico, tanto em âmbito nacional como regional. As teorias de desenvolvimento regional foram fundamentais para que, no Brasil, se iniciasse, mesmo que de forma incipiente, o debate e a implementação das políticas de desenvolvimento regional. Em um primeiro momento, elas estavam restritas à experiência da criação da Sudene, no ano de 1959, e posteriormente à criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No entanto, a universidade não era vista como propulsora desses objetivos. Sendo assim, a contar com a criação da Sudene, Sudeco e Sudam, o Brasil vivenciou um percurso das políticas regionais que mais tarde serviram de base para a formulação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional I e II, tidas como nova política regional com inspiração na experiência regional da União Europeia. Pode-se afirmar, portanto, que desde a implantação das primeiras políticas regionais no Brasil até as mais recentes, alguns avanços foram identificados, fazendo-se necessária a interlocução das políticas de desenvolvimento regional com a dinâmica do território e as universidades. Para concluir o trabalho, traz-se o debate do desenvolvimento local à luz do papel que as universidades desempenham nos municípios em que estão instaladas, contribuindo, portanto, na dinâmica e alteração do território, pois a influência das universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fator de transformação local e aparecem como destaque nas análises conjunturais, principalmente nas esferas regionais (GARBOSSA, 2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**



No Brasil, as políticas de desenvolvimento regional foram sofrendo alterações ao longo das décadas. Porém, no início do século XXI, na década de 2000, algumas mudanças econômicas foram sentidas, pois foi o momento em que as perspectivas para a economia brasileira se tornaram, sobretudo, positivas. Nesse sentido, a economia brasileira e mundial teve um crescimento, o que permitiu a retomada da capacidade de intervenção do Estado brasileiro em políticas de desenvolvimento, inclusive as regionais. Para Cano (2011), o período compreendido entre 2003-2012, com o término do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e o início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em linhas gerais, seguiu praticamente a mesma orientação neoliberal, com um câmbio valorizado, abertura comercial, maior desregulamentação financeira, juros reais elevados, entre outros. No segundo mandato de Lula, os créditos foram abrandados e seu provimento ao setor privado passou de 25% a cerca de 45% do PIB, com aumento de prazos de financiamento ao consumo e forte expansão dos limites do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No campo das políticas sociais, os saldos foram considerados positivos, contribuindo para que houvesse um crescimento do consumo.

Entretanto, nos últimos anos, o interesse pela dimensão da temática do desenvolvimento local vinculado à instalação e ao papel das universidades ganhou destaque em diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no campo da geografia, área em que a produção acadêmica, embora recente, tem sido amplamente pesquisada. Isso significa, na concepção de Vitte (2009), que a temática do desenvolvimento não é um tema alheio ao debate geográfico, apesar das discussões sobre o desenvolvimento envolverem a análise de aspectos tangíveis e intangíveis, bem como outras áreas do conhecimento. Esse interesse reveste-se na tentativa ou no movimento de explicar como e de que forma as universidades estão contribuindo para o desenvolvimento de municípios ou mesmo de mesorregiões contribuindo sobremaneira na dinâmica e alteração do território. Nos anos recentes, em diversas áreas do conhecimento fortaleceu-se o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos, como revela Schneider e Tartaruga (2004). Eles explicam “o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 25).

A influência das universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fator de transformação local. Na concepção de Araújo (2005), nas políticas de desenvolvimento nacionais e regionais pode ser destacada a relevância das IESs, na configuração do processo de desenvolvimento econômico local. Conforme a autora, não se pode mais apenas contar de forma única e exclusiva com a atração de empresa de grande porte ou de novos empreendimentos,



mas também fomentar ações mobilizadoras para o desenvolvimento local através da formação de profissionais qualificados, criando um ambiente diferenciado que corrobora para as transformações produtivas das regiões.

Esse interesse reveste-se na tentativa ou no movimento de explicar como e de que forma as universidades estão contribuindo para o desenvolvimento de municípios ou mesmo de mesorregiões contribuindo sobremaneira na dinâmica e alteração do território. Nos anos recentes, em diversas áreas do conhecimento fortaleceu-se o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos, como revela Schneider e Tartaruga (2004). Eles explicam “o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Contudo, a partir da década de 1970, o fenômeno da reestruturação capitalista dos Estados Nacionais influenciou tanto nas discussões como nos rumos dos processos de desenvolvimento no mundo e também no Brasil. Conforme Vitte (2006), muitos estudiosos começaram a avaliar os resultados das políticas de desenvolvimento que estavam em curso nos países capitalistas no período pós-guerra, momento em que os modelos de desenvolvimento e as práticas de planejamento da vida econômica eram realizados de cima para baixo.

Araújo (2005) destaca que as políticas de desenvolvimento quase sempre estiveram presentes nas tentativas de mudanças das condições socioeconômicas das regiões. No caso da União Europeia, por exemplo, existem muitas iniciativas exitosas. Desde a difusão intensa dessas políticas no pós-guerra, mobilizaram-se investimentos vultosos em grandes obras de infraestrutura ou na implantação de grandes unidades de produção, que tendiam a reordenar o território contíguo, produzindo efeitos sobre as populações nele residentes.

O desenvolvimento econômico local pode ser definido, conforme Silva (1998), como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) e pode provocar impactos no território. Ele não deve ser confundido com desenvolvimento urbano, uma vez que ele se dá a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo. O resultado é a ordenação do território e dos equipamentos coletivos, embora os efeitos do desenvolvimento local tenham grande influência e causem impactos na alteração da dinâmica das cidades nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Na concepção de Amaral Filho (1996), nos estudos de diversas experiências de desenvolvimento local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação local eram importantes na explicação do sucesso de



certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda. Sendo assim, ganhou corpo o discurso de que uma região poderia passar por um processo de transformação e qualificação, tornando o ambiente atrativo, de forma a facilitar a implantação de novas atividades econômicas em um contexto de economia globalizada, utilizando-se de recursos endógenos<sup>2</sup> e/ou exógenos<sup>3</sup>.

A influência das universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fator de transformação local e aparece como destaque nas análises conjunturais, principalmente nas esferas regionais. Na concepção de Bacellar (2005), nas políticas de desenvolvimento nacionais e regionais pode ser destacada a relevância das IESs, na configuração do processo de desenvolvimento econômico local, dado a existência de um amplo espaço de ação dessas instituições. Conforme a autora, não se pode mais apenas contar de forma única e exclusiva com a atração de empresa de grande porte ou de novos empreendimentos, mas também fomentar ações mobilizadoras para o desenvolvimento local através da formação de profissionais qualificados, criando um ambiente diferenciado que corrobora para as transformações produtivas das regiões.

Economistas, como Mincer (1958), Schultz (1961, 1963, 1971) e Becker (1964), apontaram a educação como um meio de formar profissionais qualificados contribuindo para o processo de desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento de Bacellar (2005), Serra e Rolim (2013), afirmam que, nos últimos anos, ocorreu uma expansão das instituições de ensino superior, o que contribuiu para o crescimento econômico de diversas regiões.

Lopes (2003) também compactua com Bacellar (2005) e Serra e Rolim (2013), ao defender que, no que diz respeito às universidades públicas, elas geram, sistematizam e difundem conhecimentos científicos e culturais. Lopes (2003) acrescenta que a universidade pública é um importante instrumento de transformação social e econômica em todos os países. Isso porque as instituições são responsáveis por expressivas parcelas da geração e transmissão de conhecimentos, da produção, apoio e divulgação de pesquisas, entre outros fatores.

Righi e Ruppenthal (2013) legitimam Lopes (2003) ao afiançarem que essas instituições possuem missão de gerar e transmitir conhecimento, formar capital intelectual, incentivar as inovações e promover a transferência de tecnologias. Desse modo, desencadeia-se um processo

---

<sup>2</sup> O desenvolvimento endógeno é baseado na tecnologia de ponta que estimula o crescimento do emprego e de outros mecanismos que visam à elevação do bem-estar social e regional (TRICHES; FEDRIZZI; CALDART, 2003).

<sup>3</sup> O desenvolvimento exógeno mostra-se como alternativa e foi fundado sobre um nível tecnológico relativamente fraco que permite alcançar somente resultados em nível de crescimento global (TRICHES; FEDRIZZI; CALDART, 2003).



de mudança econômico-social através da criação de um ambiente intelectualmente diferenciado, o qual facilita o processo de transformação das estruturas produtivas das regiões onde estão localizadas.

Na contemporaneidade, as atribuições designadas às IESs no processo de desenvolvimento foram revalorizadas, alterando a lógica existente. Elas são consideradas como atores cruciais dos sistemas de inovação. Pode-se, portanto, afirmar que, o papel do ensino superior no desenvolvimento econômico contemporâneo é evidente. Ou seja, a concretização se dá em função do aperfeiçoamento e aplicação do conhecimento, sobretudo por meio da pesquisa e desenvolvimento, do aumento do contingente de pessoas qualificadas e da difusão do saber através de redes de inovação, pontua Vieira (2017), ao fazer uso de Batterbury e Hill (2004).

No Brasil, a partir do início do século XXI, vivenciou-se uma fase significativa da expansão do ensino superior, pois uma boa parte dessa expansão aconteceu fora dos grandes centros, nas chamadas cidades médias. Esse processo, comumente designado por interiorização do ensino superior, tem contribuído para o desenvolvimento das cidades em que são instalados os universitários, bem como para desenvolvimento dos municípios do entorno. Araújo (2013, p. 168) afirma que “a presença dessas universidades em cidades médias tem um impacto imediato e significativo não somente na vida cultural, mas também no comércio e nos serviços locais”. A interiorização das universidades também contribuiu para um maior crescimento e desenvolvimento das regiões, com uma diminuição das assimetrias regionais existentes.

Rolim e Serra (2009, p. 9) explicam que hoje é inquestionável a importância das universidades tanto na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e também na formação de recursos humanos. Os autores ainda destacam que “o progresso social, o avanço da democracia, a melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa têm na educação um dos pilares de sua sustentação” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 9).

Desta forma, o Estado do Paraná, se destaca no ensino superior das universidades públicas federais, desempenhando um papel de evidência no desenvolvimento local e regional, recebendo uma atenção crescente e de destaque nos últimos anos, estabelecendo-se como “carro-chefe” desse processo. Para Rolim e Serra (2009a), as universidades sempre deram contribuições para o desenvolvimento das nações. Entretanto, a preocupação com o papel que elas desempenham no desenvolvimento das regiões merecem novas abordagens, dado ao incipiente processo de transformações regionais que deixam transparecer.

Sendo assim, conforme o PDI 2018/2022, a interiorização do ensino superior no Paraná contribuiu no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, mudança social,



econômica, política e territorial em praticamente todas as mesorregiões paranaenses. Para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico da UTFPR (2019), a importância da universidade nos municípios é muito sólida, pois ela possui uma grande conexão com a região onde os campus estão instalados. Os três campus pesquisados foram implantados após o ano de 2005, todos frutos de mobilização da sociedade civil organizada, lideranças locais que entenderam a necessidade e relevância da instalação de uma universidade para a formação de mão de obra local, crescimento e desenvolvimento econômico, criando cursos que pudessem atender a demanda local nos diversos setores da economia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No Brasil, a evolução do ensino superior, veio a ser tratada como uma questão de interesse nacional, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a partir de 1930 e, passado várias décadas com o fim da ditadura militar, a abertura política e a retomada do regime democrático, foi promulgada a nova Constituição Federal de 1988 que de acordo com Ranieri (2000), ela foi estabelecida como um dos principais pilares legislativos que regem a educação superior no Brasil, representando não só um avanço na área da educação, como também no campo dos direitos políticos e sociais. Ao mesmo tempo, iniciou-se um debate acerca da nova LDB, que foi aprovada em 1996. A nova Lei nº 9.394/96<sup>4</sup> é o principal pilar que governa a educação, principalmente a educação superior brasileira.

Na mesma década da implantação da LDB, de acordo com Vinhais (2013), no Brasil, expandiu-se o número de cursos superiores e a estrutura de ensino. Embora de forma lenta, medidas foram implementadas, buscando-se, com isso, promover o crescimento do ensino público superior. Tal crescimento e expansão ocorreu em três fases. A primeira fase ocorreu entre os anos de 1998-2002, a segunda, entre 2003-2006, e a terceira, entre os anos de 2007-2012.

A primeira fase é marcada por alguns acontecimentos na educação superior. Cabral Neto (2012) aponta que a educação superior nesse período passou por inúmeras mudanças, sobretudo, em função das constantes mudanças e tensões na América Latina sobre o papel do Estado e seus limites face à necessidade de reorganização do capitalismo em sua nova fase, o capitalismo global. Nesse mesmo período, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou mudanças profundas na legislação educacional, com a regulamentação do Ensino Profissionalizante com o objetivo claro de reduzir os gastos públicos e favorecer o

---

<sup>4</sup> A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.





empresariamento desse ramo de ensino pela rede privada. O período foi marcado pela chamada Reforma do Estado, que se baseia no sucateamento e na posterior privatização de instituições estatais, na terceirização de serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo, as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos são as justificativas usadas para promover reformas educacionais profundas, quase sempre financiadas por organismos financeiros internacionais. A educação consolida-se como mais um setor empresarial, com destaque para a expansão do ensino superior privado.

Assim, a primeira fase de expansão, embora não tão expressiva, se caracterizou pela ampliação do número de vagas e o aumento dos cursos nas sedes das universidades públicas federais já existentes. A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições, como nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, bem como, a instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior (MEC). A primeira fase do plano de expansão previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

A segunda fase de expansão ocorreu entre os anos de 2003 e 2006, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo caracterizada pela ampliação da oferta de cursos e vagas através da expansão em direção ao interior de diversos estados brasileiros. Ocorreu a implantação de novos Câmpus e universidades para atender à forte demanda das respectivas regiões. Cabral Neto (2012) podem-se destacar nesta fase a criação de novas universidades federais e a criação e consolidação dos Câmpus universitários das instituições já existentes. Além disso, pode-se afiançar, conforme dados do MEC/INEP (BRASIL; INEP, 2003), um aumento expressivo do número de matrículas nos cursos de graduação em todas as regiões brasileiras.

Dados do MEC auxiliam no entendimento de que a meta na segunda fase de expansão era a criação, em quatro anos, de mais de 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 Estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

A terceira fase da expansão do ensino superior ocorreu por meio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão



das Universidades Federais (Reuni), contribuindo com o propósito de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhorar a vida da população.

O programa é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social, com conclusão prevista para 2012 (VINHAIS, 2013). O autor ainda destaca que a expansão da rede de universidades públicas federais superiores surge não apenas como parte das reformas gerencialistas dos estados, mas também como resposta à forte expansão do ensino superior privado que ocorre desde o início da década de 1990. Com o processo de expansão do ensino superior em curso, percebem-se alguns avanços, principalmente, no que tange aos expressivos números do programa de expansão para além das capitais. Essa expansão para o interior ocorre não apenas no número de cursos e vagas de nível superior, mas também na estrutura de ensino.

Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2015), mostram que, entre os anos de 2003 e 2015, foram criadas 18 novas universidades públicas federais<sup>5</sup> em vários estados brasileiros. No ano de 2001, eram 42 universidades, e em 2015 saltou para 63. Tornou-se evidente a ampliação e o acesso à rede pública, contribuindo para a redução das assimetrias regionais.

Levar as universidades federais para o interior do país fazia parte das diretrizes do conjunto de medidas orientadas à expansão do ensino público, delineado pelo Governo Federal. Sendo assim, até o ano de 2003, eram 45 universidades federais no Brasil. Entre os anos de 2003-2007, o Governo Federal criou 10 novas universidades espalhadas pelo Brasil e, entre os anos de 2008 a 2012 e 2012 a 2014, foram criadas 8 (oito) novas universidades nos dois períodos. No entanto, esse número foi ainda maior, levando em consideração a quantidade de Câmpus presenciais que cada uma das universidades instalou, sobretudo no interior dos estados. Isso ocasionou o que autores como Sheen (1986), Silva (2002), Padilha (2008), Rolim e Serra (2009), Araújo (2013), Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), entre outros, afirmam ser um processo de interiorização, o que trouxe contribuições expressivas sobre o desenvolvimento das economias locais onde as universidades estão inseridas.

Desta forma, no que tange a instalação dos Campus da UTFPR, o Câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão teve sua incorporação formalizada, em 30 de novembro de 2006, a partir

---

<sup>5</sup> É importante destacar que algumas dessas universidades já existiam como faculdades.



da incorporação da estrutura da Fundação Texcel<sup>6</sup>. O seu processo de implantação foi fruto de mobilização da sociedade civil organizada, o conselho de desenvolvimento local, juntamente com lideranças políticas que entenderam a relevância da instalação de uma universidade para a formação de mão de obra local, crescimento e desenvolvimento econômico.

A escolha do primeiro curso, implantado no início de 2008, foi Tecnologia em Alimentos, devido à significativa presença de indústrias alimentícias na região, que necessitava de grande demanda de mão de obra especializada para atuar nos setores industriais e nas pesquisas. Para o diretor do Câmpus<sup>7</sup>, a implantação do curso “foi concebido por ser uma vertente muito forte nessa área da agroindústria por que é um dos pilares da economia do Sudoeste”. A iniciativa do programa consiste em qualificar os profissionais que atuam em empresas alimentícias e desejam aprimorar seu conhecimento técnico e científico para solucionar problemas no setor industrial ou prestação de serviços na área de alimentos, com a finalidade de promover o desenvolvimento tecnológico e inovar produtos e/ou processos nas empresas instaladas.

Em 2009, iniciou o curso de Engenharia Ambiental; em 2011, de Licenciatura em Informática; e, em 2013, o curso de Engenharia Química. Contudo, conforme o PDI da UTFPR 2018/2022, consta a programação para a oferta de três novos cursos de graduação, a destacar a Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Controle e Automação, além do curso de engenharia agrônômica.

De acordo com o reitor, esse modelo de seleção garante ao menos R\$ 20 milhões anuais para assistência estudantil à universidade. A oferta do curso de engenharia agrônômica possibilitará a criação do Centro de Ciências Rurais dos câmpus da UTFPR da região, com fortes ações em pesquisa e soluções direcionadas às demandas, estimulando no estudante a visão empreendedora para viabilizar a sua permanência na propriedade, o que contribui para a sucessão familiar, um dos grandes gargalos para o desenvolvimento regional.

Como uma universidade tecnológica, o Câmpus contribui significativamente para a formação de mão de obra especializada, oportunizando a contratação de profissionais altamente qualificados. Com um grande número de indústrias no ramo alimentício, os egressos do curso de Engenharia em Alimentos são absorvidos na região e preparados para atuar em qualquer

---

<sup>6</sup> Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão, que ofertava cursos de educação profissional na modalidade pós-médio, contribuiu para a inserção profissional de seus alunos. O acordo da transferência da estrutura do Texcel para a UTFPR foi realizado em reunião com a Sociedade Rural, Cooperativa dos Suinocultores, representante da Associação Comercial e Empresarial, presidente da Fundação Texcel, representante da prefeitura municipal, representante da UTFPR de Pato Branco e do promotor de justiça.

<sup>7</sup> Entrevista concedida pelo diretor do câmpus, em 29 de novembro de 2018. Arquivo mp3 (82 min).



lugar do país. No entanto, o que se pode constatar na pesquisa de campo é a necessidade da universidade ser mais conhecida e, ao mesmo tempo, ampliar os laços com a indústria e o setor produtivo.

Para Leme (2015), nas áreas próximas à universidade, em função das áreas que ainda não foram ocupadas, existe um potencial de crescimento no que tange ao mercado imobiliário, seja para a realização de empreendimentos como a abertura de loteamento, construções de edifícios, ou para investimentos individuais em imóveis – terrenos ou apartamentos para especulação imobiliária ou para a obtenção de renda. No caso de Francisco Beltrão, embora o processo de verticalização não tenha ocorrido nas proximidades da universidade, mas em outras áreas do município, o desenvolvimento do ensino superior, conforme destaca Leme (2015), tem causado verdadeiro alvoroço no mercado imobiliário, tanto dos que investem em imóveis para locação quanto daqueles que compram imóveis para seus filhos poderem frequentar as universidades. Esse investimento se faz necessário em função não só do número de alunos matriculados no câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão, como nas demais instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* presencial no município.

Pode-se verificar na pesquisa de campo que as vantagens em termos econômicos, culturais e sociais com a vinda de alunos e professores de outras regiões desenvolve um papel fundamental. Os gastos com alimentação, aluguel, lazer, transporte dos alunos matriculados no Câmpus aquece a economia do município. “Se a universidade não estivesse lá, qual seria o baque econômico? Com certeza, seria significativo para uma cidade que tem 95 mil habitantes, quanto que ela coloca lá de dinheiro mensalmente”, pontua o diretor do câmpus.

Para Gumbowsky e Siqueira (2013), com a instalação de uma universidade, ocorre um aumento das atividades comerciais gerado pelo consumo de alunos, docentes, funcionários, terceirizados, prestação de serviços, aumento da construção civil e dos negócios e imobiliários. Na mesma linha de pensamento, Raiher (2015) mostra que o investimento de R\$ 1,00 (um real) nas instituições de ensino superior reflete em R\$ 4,00 (quatro reais) de retorno para a comunidade na qual estão inseridas.

Ainda na concepção de Leme (2015), muitos entendem que as universidades, no caso de Francisco Beltrão, foram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova fase do mercado imobiliário e que representaria inclusive uma marca divisória nesse processo. Além da atração de empreendimentos e de investidores no mercado imobiliário no município, percebe-se uma mudança no município em função do porte da cidade, que passa a capitanear franquias, sobretudo, ligadas às atividades de alimentação, como, por exemplo, rede de



lanchonetes “Subway” e “Bob’s”, que são franqueadas por políticos e empresários locais, geralmente em função do perfil consumidor universitário que comumente são jovens que moram sozinhos ou que dividem apartamentos.

No caso do campus da UTFPR de Apucarana, e com base seu PDI, as contribuições da universidade com empresas e entidades vinculadas ao mundo do trabalho tem sido um importante diferencial institucional em decorrência dos programas e ações desenvolvidos sob a gestão da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretorias de Relações Empresariais. A UTFPR de Apucarana desenvolve de forma contínua um Catálogo de Inovação, o qual mapeia suas competências nos diferentes campos em que atua, divulgando suas potencialidades junto à comunidade empresarial. Isso permite alavancar o aumento no número de parcerias com empresas dispostas a desenvolver conhecimentos e/ou produtos cooperados.

Um dos principais mecanismos de interação da Universidade com a comunidade empresarial tem sido o estágio curricular, pois para o estudante, essa atividade visa complementar, consolidar e atualizar seus conhecimentos pela vivência direta no ambiente profissional relacionada à sua futura área de atuação e, para a entidade concedente do estágio, há o interesse em buscar, na Universidade, recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente aquelas ligadas à tecnologia.

A implantação do curso de Design de Moda tem a finalidade de atender à demanda presente na região, que é o potencial encontrado no Corredor da Moda, assim chamada à região entre Norte e Nordeste do Paraná, referente ao eixo Londrina-Apucarana-Maringá-Cianorte-Umuarama, que aglomera empresas de todo setor do vestuário. Esse complexo vestimentar, composto por empresas voltadas às atividades de beneficiamento, fiação, tecelagem, lavanderias e serviços de acabamento vem adquirindo importância nacional como o maior produtor de jeans e bonés do País (IPARDES, 2006).

Na pesquisa de campo com o Vice-presidente para assuntos da indústria da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana<sup>8</sup> da Associação Comercial de Apucarana, e com o diretor<sup>9</sup> do Câmpus da UTFPR de Apucarana, pode-se perceber a relevância da implantação primeiramente do Centro de Modas e posteriormente sua incorporação à universidade, para ter mão de obra especializada em função da aptidão da cidade e da região.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo Diretor da Associação Comercial de Apucarana, em 8 de abril de 2019. Arquivo MP3 (40 min).

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo Diretor do Câmpus, em 8 de abril de 2019. Arquivo MP3 (91 min).



A partir da pesquisa de campo realizada com o diretor do Câmpus UTFPR de Apucarana, a implantação do curso deve-se à necessidade de mão de obra especializada que em grande parte é absorvida nas indústrias de produção de bonés, que se destaca como uma das principais atividades econômicas do município e da região. Em média, a produção é de 2 (dois) milhões de bonés por mês, sendo responsável por 80% da produção nacional, gerando muitos empregos. O estado do Paraná é o segundo maior produtor do País no setor têxtil e de confecções, que reúne 4.345 empresas. Apucarana, por exemplo, sedia duas grandes empresas que atuam no ramo de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos. As empresas fornecem tecidos para indústrias locais e para todo País. Além disso, essas empresas estão instaladas no município numa unidade de fiação de um grande grupo do segmento têxtil, cuja produção de fios é exclusiva, especialmente para a produção do índigo de marcas famosas.

Em função da grande produção de toda a cadeia têxtil de vestuário nos espaços fabris, o município de Apucarana e todo Noroeste do Estado geram, como parte da sua cadeia produtiva, uma série de resíduos devido ao processo de alvejamento e tingimento das peças. Em função disso, surgiu a demanda de alguns setores envolvidos para que a universidade pudesse ofertar cursos que desenvolvessem tecnologias que causassem menos impactos no ambiente, como é o caso do curso de engenharia química.

A demanda dos setores econômicos do município e da região fez com que a configuração inicial do Câmpus que contava inicialmente com apenas 40 docentes e 20 servidores, pudesse ampliar o número de profissionais diretamente vinculados às atividades desempenhadas na universidade, com um crescimento no quadro de professores, passando de 40 em 2010, para 143 em 2018, além dos 7 professores substitutos<sup>10</sup>. Já o número de técnicos administrativos em 2007, eram apenas 20 técnicos administrativos, elevando-se para 69 no ano de 2018.

O segundo momento ocorreu após o ano de 2013, quando “tivemos um *crossover* – uma transição para outra visão do que nós queríamos para essa unidade”, pontua o diretor. Assim, várias instituições, entre elas o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Crea), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana (Acia), Associação de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Femap, sindicato do comércio, órgãos de classe e a sociedade civil organizada fizeram uma pactuação ao perceberem a necessidade de novos cursos que pudessem ser oferecidos pela universidade e

---

<sup>10</sup> O número de substitutos deve-se, sobretudo, ao fato de os professores concursados estarem fora da instituição para fazer doutorado ou pós-doutorado Brasil afora ou mesmo fora do país.



atendessem a outros setores da economia de Apucarana, para formar profissionais qualificados. Naquele momento, a sociedade percebeu que “para expandir a região era necessário expandir a universidade”, eram necessários que fossem implantados os cursos de engenharia elétrica e o curso de engenharia civil. No entendimento da instituição, os dois cursos iriam alavancar o desenvolvimento e crescimento do município e da região. Com isso, no ano de 2014, teve início o curso de engenharia química; em 2015, o curso de engenharia civil; e em 2016, a engenharia elétrica.

Além de capacitar profissionais com condições técnicas que lhes permitam contribuir decisivamente nas fases de projeto, planejamento, implantação, utilização e manutenção de obras de engenharia, com o intuito principal de utilizar o processo BIM para obter melhorias na qualidade do ambiente construído e redução no impacto que todas as etapas da construção civil causam ao meio ambiente.

A implantação de novos cursos alterou, sobremaneira, o uso e ocupação do solo no entorno da universidade, diminuindo os vazios urbanos desde a sua instalação, como uma maior quantidade de construções em seu entorno para atender à demanda dos acadêmicos que vêm de outros estados e necessitam de moradia, reforçando o impacto econômico sobre a economia do município. Para o diretor do Câmpus, as alterações urbanas no entorno da universidade foram inúmeras, pois não havia asfalto, o número de traficantes de drogas era muito grande em função do vazio urbano do entorno, com a construção de prédios, a implantação de loteamentos, casas, comércio, maior investimento do setor imobiliário e sem a presença dos traficantes, ampliação no setor de hotelaria principalmente próximo à universidade, o aumento do número de farmácias, a instalação da Uber, o aumento do número de restaurantes no entorno da universidade e, ainda, o estudo de viabilidade para implantar franquias no setor de alimentação que atenda ao público jovem, bem como o sistema de moradia em estilo americano nas proximidades da universidade.

Se considerarmos os impactos diretos na economia local, tanto os dados coletados em entrevista junto a ACIA quanto do diretor do Câmpus e do diretor das Relações Empresariais e Comunitárias, percebe-se que entre os alunos que estabeleceram residência em Apucarana em função do ingresso na UTFPR, os gastos médios mensais para se residir no município e se manter é de aproximadamente R\$ 1.196,13 (um mil cento e noventa e seis e treze centavos) mensais, sobretudo contabilizando gastos com higiene, vestuário, transporte, lazer, alimentação e moradia. A média anual de injeção de recursos na economia, considerando os alunos que se mudaram para Apucarana, é de R\$ 12.289,35 por aluno. Porém, analisando o número total de alunos do Câmpus e a porcentagem dos que se mudaram para Apucarana (57%), o total anual



injetado em consumo na economia municipal chega a 9,457 milhões de reais/ano. Projetando esse perfil para a próxima década, irá gerar mais de 115 milhões de reais em consumo, pois geralmente são jovens que tem um perfil consumidor diferente da população da cidade, criando uma demanda mais específica geralmente encontrada nos centros urbanos maiores (UTFPR, 2018b).

Todavia, diferentemente dos demais Câmpus pesquisados, a UTFPR em Guarapuava está localizado em um bairro planejado, denominado “Cidade dos Lagos”<sup>11</sup>. Para a diretora do Câmpus, embora estivesse em um bairro planejado, a ideia da instalação da universidade em Guarapuava fugiu da proposta dos demais, pois primeiramente houve a instalação da UTFPR e, na sequência, as lideranças e interessados iniciaram os empreendimentos. Ou seja, a âncora educacional foi importante para que o município viesse a se desenvolver. No entanto, para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico do câmpus de Curitiba, alguns empreendedores locais sempre deixaram claro desde as primeiras reuniões com a Reitoria Central-Curitiba, os membros do poder público municipal e as de entidades parceiras, que o objetivo era, principalmente, utilizar a instalação da universidade para a especulação imobiliária no entorno do Câmpus.

Com um investimento de mais de um bilhão de reais, a área de três milhões de metros quadrados recebeu em seu entorno vários empreendimentos, como o primeiro *shopping center* da região, um hipermercado, a sede da UTFPR – primeira a ser instalada –, o Hospital Regional e o Hospital do Câncer, além de loteamentos, edifícios comerciais e residenciais, centro de eventos e centro tecnológico. Para o presidente da Associação Comercial, os empreendimentos realizados mudaram o cenário e a economia da região. A instalação da universidade, de grandes empresas e hospitais resultou no crescimento da economia, na melhoria da infraestrutura e no aumento da oferta de empregos. O efeito multiplicador da instalação do bairro planejado vem sendo percebido em diversos setores. O primeiro grande impacto foi em relação à abertura de novos postos de trabalho. “Até agora já foram cerca de três mil novas vagas criadas, apenas na área de construção civil. Com isso, temos trabalhadores com poder de compra ampliado, fazendo com que a economia da cidade possa girar”, observa o presidente.

Além disso, pode-se perceber que, antes da instalação do Câmpus o valor do m<sup>2</sup> do terreno era muito baixo e, com sua implantação no ano de 2011, ocorreu uma grande especulação imobiliária e o valor do m<sup>2</sup> do terreno mais que triplicou. Sendo que todos os demais empreendimentos imobiliários, como, por exemplo, *shopping*, prédios, condomínios

---

<sup>11</sup> O bairro planejado “Cidade dos Lagos” está localizado na cidade de Guarapuava, entre a PR 466 e a BR 277.





fechados, supermercado, posto de combustível, prédios comerciais e residenciais começaram a serem instalados. Para a diretora do Câmpus muitos foram os problemas enfrentados devido ao pioneirismo.

Com a instalação do Câmpus da UTFPR, o poder público municipal realizou várias intervenções urbanas para atender a demanda da própria Universidade e, em função disso, por meio da Lei Municipal nº 1.939/2011, o perímetro urbano foi ampliado para 73,03 quilômetros quadrados, trazendo um crescimento vertiginoso para a região onde foi construído o Câmpus da UTFPR. Nesse local, conforme o Decom, projetou-se a “Nova Guarapuava”, como foi chamado o loteamento de alto padrão constituído no entorno do Câmpus da UTFPR. Por outro lado, a universidade encontra-se próxima a uma zona de expansão urbana e controlada, onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso não possibilitam um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos estabelecidos, devendo prever a ocupação através de lotes de tamanho maior e instalação de condomínios urbanísticos.

As proximidades do Câmpus da UTFPR de Guarapuava se encontra em um processo inicial de verticalização. Essa dinâmica só foi possível com a instalação da universidade em 2011, que trouxe valorização à área e um maior número de construções verticais, devendo apresentar nos próximos anos um expressivo adensamento populacional no seu entorno. Para Tumas Junior (2016), a verticalização surge como uma nova característica no bairro onde está localizada a UTFPR de Guarapuava, constituindo-se em um dos fatores responsáveis pela valorização dessas áreas e atração de investimentos em edifícios, configurando a expansão do processo de verticalização. Foi observado que, neles, a verticalização surge como uma nova característica desse processo, sendo que o Estado teve papel importante, ao promover a implantação de universidades em áreas periféricas do perímetro urbano. Essa implantação atraiu novos moradores, provocando o adensamento dessas áreas. Por sua vez, os promotores imobiliários utilizaram-se dessas localidades para a implantação de edifícios como forma de investimento e aplicação de capital.

Há que se considerar, com base em Corrêa (1995), que a ação dos promotores imobiliários se faz correlacionada ao preço elevado da terra devido ao auto status do bairro, acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte, amenidades naturais ou socialmente produzidas. A atuação dos promotores faz-se desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

No entanto, outros agentes sociais, se beneficiaram com a instalação do Câmpus, como no caso dos proprietários de terras por realizarem operações no sentido de obterem lucros. Para



Corrêa (1995) os proprietários de terra atuam para obter a maior renda fundiária, para que elas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente o uso comercial ou residencial de *status*. Por fim, alguns proprietários fundiários, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente viária, recebendo vantagens da administração pública que facilitam sua instalação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que embora sejam instituições relativamente novas, os resultados da criação de novas sedes e Câmpus universitários alteraram diversos aspectos dos municípios e na região em que estão instaladas. Com base na literatura é quase unânime entre os pesquisadores a ideia de que uma das formas de desenvolvimento de um município ou determinada região ocorre por meio do incentivo à educação, especialmente superior, pois ela dinamiza os contextos socioeconômicos e contribui para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento mais integrado, equilibrado e proporcionalmente justo.

Com base na afirmação acima, cabe pensar nas causas do desenvolvimento de um território, isto é, determinar as atividades econômicas que impulsionaram o crescimento e desenvolvimento econômico neste início de século. Dada a relevância das instituições de ensino superior, no caso das universidades públicas nos municípios em que estão instaladas, elas contribuíram com novos processos produtivos e, sobretudo, se constituíram cada vez mais em novos espaços locais, novos polos de articulação e novos atores de desenvolvimento econômico. Isso se deve às políticas educacionais implantadas no Brasil a partir do ano de 2003, quando se deu de fato o processo de abertura de novas universidades em diversos estados e se ampliou a quantidade de câmpus.

A implantação dos três Câmpus da UTFPR objetos da pesquisa foram responsáveis por um aumento do número de ativos institucionais, ocasionando uma ampliação e maior articulação entre o poder público, o setor produtivo e a comunidade local. Os municípios escolhidos possuem forte articulação e influência sobre os demais da mesorregião em função do seu grau de centralidade com uma rede de controle extensa, possuindo ativo técnico-científico, como nas instituições de ensino superior, nos institutos de pesquisa, nas fundações de pesquisa, no desenvolvimento e na tecnologia, nas incubadoras e nos parques tecnológicos. Além da articulação da universidade, os resultados mostraram que, os efeitos de curto prazo são verificados sobre variáveis econômicas e de desenvolvimento, sendo que entre os desdobramentos desse processo de expansão entre os anos de 2003 a 2017, melhoraram nos



setores da construção civil, na indústria de transformação e nos serviços dos municípios pesquisados, transformando as bases econômicas e produtivas da região.

Além dos setores econômicos, no campo educacional, tem-se uma ampliação significativa do número de concluintes do ensino superior, do quadro docente e dos técnicos administrativos que ingressaram na instituição por concurso público, vindo de diversos estados brasileiros, conferindo aos municípios maior diversidade cultural. O setor econômico também ficou aquecido em função do consumo dos estudantes e profissionais, devido à necessidade de alimentação, moradia, transporte e lazer, e ampliou os gastos, os fluxos financeiros e monetários, originados pelos dispêndios das IESs nos municípios pesquisados, influenciando a demanda efetiva local. Os efeitos de longo prazo apontam principalmente para o nível de capital humano, o conhecimento e o aumento de atratividades para novos negócios e empreendimentos.

Por outro lado, as análises realizadas mostraram que com a expansão e interiorização da UTFPR e seus efeitos no desenvolvimento local nos municípios pesquisados deixam claro que, embora os resultados sejam positivos com a criação de novas universidades as evidências apresentadas confirmam que as mesmas contribuem para o desenvolvimento dos municípios e regiões onde elas estão inseridas, congregando os seus diferentes autores. Por fim, observou-se que as IESs, no caso específico dos Câmpus pesquisados da UTFPR, atuam na promoção do desenvolvimento econômico, na modernização da base produtiva da região, potencializando o desenvolvimento local e influenciando as transformações econômicas e sociais do território.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília, DF: Ipea, 1996. (Planejamento e Políticas Públicas; 14).

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27- 53, nov. 2011.

CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, 2012.

CALDARELLI, C. E. et al. Análise de indicadores de produção científica e geração de conhecimento nas universidades estaduais paranaenses. In: RAIHER, A. P. (Org.). *As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GUMBOWSKY, A; SIQUEIRA, E. Desenvolvimento regional: as condições de produção de conhecimento nas instituições de ensino superior fundacionais municipais do estado de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2013.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL(IPARDES). **Censo industrial do arranjo produtivo local de confecções de bonés de Apucarana no estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

LEME, R. C. **Expansão urbana e verticalização**: o mercado imobiliário de Francisco Beltrão/PR (1998 a 2012). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Conferência proferida na Cimeira dos Paramentos Latino-Americanos sobre a dívida social e integração latino-americana. Caracas, 2001.

RANIERI, N. B. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96)**. São Paulo: Edusp, 2000.

RIGHI, M. L.; RUPPENTHAL, J. E. A influência de uma universidade na geração de um polo regional de ensino superior. **ABCustos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 110-128, jan./abr. 2013.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional**: o caso da região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009a.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1, p.99-116, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA-GARBOSSA, Renata Adriana. **Expansão e interiorização da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Efeitos no desenvolvimento local**. Tese – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR, 2019. <https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso em 02 de julho de 2021.

TUMASZ JUNIOR, P. **A produção do espaço urbano**: características do processo de verticalização em Guarapuava PR (1995-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

VIEIRA, E. S. F. M. **O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a partir da visão de comunidades universitárias selecionadas na cidade do Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2017.

VITTE, C. C. S. **Desenvolvimento, planejamento territorial e integração transnacional**: os antecedentes, a gênese e a consolidação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. In: ARAGÓN, L. E.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.